CAPÍTULO 6
ALÉM DA GUERRA, PARA QUE SERVE A GEOPOLÍTICA?

Elisa Pinheiro de Freitas

Introdução

Anterior à sua sistematização enquanto saber científico-acadêmico que se deu no século XIX, a Geografia e tudo aquilo que dizia respeito ao conhecimento dos lugares, das regiões, dos territórios, dos espaços, já figuravam como saberes estratégicos, os quais constituíam o *métier* da arte de governar:

> *Geography, in addition to its vast importance to social life and the art of government*... acquaints us with the occupants of the land and ocean and the vegetation, fruits, and peculiarities of the various quarters of the earth, a knowledge of which marks him who cultivates it as a man earnest in the great problem of life and happiness. (Estrabão, 1892 apud Hartshorne, 1939, p. 36, grifo nosso)

Fundador da Ciência Política, Maquiavel buscou demonstrar que as ações políticas dos governantes estavam sujeitas às vicissitudes das condições histórico-geográficas. Assim, entendia que para que uma ação política fosse eficaz era preciso que *virtù* e *fortuna* se entrelaçassem. Lembrando que por *virtù* entende-se como sendo a capacidade humana de enfrentar, por meio da ação política, as condições de existência, sejam elas adversas ou não. A *fortuna* refere-se ao curso da existência ou do destino que pode, eventualmente, ser ou não favorável à sociedade em geral. Para o autor de *O príncipe* (1513), o êxito de um Estado, portanto, era resultante da confluência entre uma ação política eficaz e uma situação histórico-geográfica singular.

Conforme explicitou Hartshorne (1939, p. 37), o progresso da Geografia entre os séculos XVII e XIX esteve atrelado ao utilitarismo. O conhecimento sobre os lugares servia de suporte para os governos ou para a ação política. O saber geográfico era um meio para se atingir os fins:

> The great majority of the writers of geographical works of the seventeenth and eighteenth centuries, however, did not attempt to translate the purpose of geography in terms of scientific interest. Rather, they were concerned with its practical utility. Over and over again they emphasized the value of the study of geography as a means for others purposes – for an understanding of history and as a practical aid to government.

Como se nota, a Geografia por muito tempo constituiu-se como sendo apenas um instrumento para a história e para o governo, na medida em que tinha de produzir conhecimentos e informações sobre as áreas ou unidades políticas. A ação política pressupunha amplo conhecimento do terreno. Assim, os primeiros passos da Geografia se dirigiram para sua afirmação como instrumento para a ação política. A gênese da Geografia é política. Não é sem razão que Yves Lacoste (2006) afirmara no título do seu manifesto que a Geografia "serve, em primeiro lugar para fazer a guerra". A Geopolítica, dessa forma, não é uma caricatura e nem uma *pseudogeografia*. A Geopolítica é na realidade o âmago da Geografia, a sua verdade mais profunda e recôndita.

Alexander Von Humboldt, autor de *O cosmos* (1845) e um dos fundadores, juntamente com Karl Ritter, da Geografia Clássica, foi treinado como geógrafo para atuar a serviço do governo alemão (Hartshorne, 1939). Contudo, a sua aproximação com George Forster levou-o a mudar o seu interesse em direção à Geografia Científica e de âmbito acadêmico.

Muitos acontecimentos marcaram o século XIX. A expansão do capitalismo industrial para além da Inglaterra, abarcando

também as nações da Europa Ocidental, notadamente a Alemanha e a França, engendrou uma ordem geopolítica que ficou conhecida como Conserto da Europa (1822-1875). Convém destacar que o conceito de ordem geopolítica diz respeito a um conjunto de ideias, concepções, normas, instituições que são forjadas pelos grupos de maior poder político e por meio das quais a economia política internacional opera em diferentes períodos históricos. Lembrando que o adjetivo geopolítico designa que toda ordem internacional se condiciona aos elementos de caráter geográfico (Agnew; Corbridge, 1995).

Sob a ordem geopolítica do conserto da Europa, as potências europeias estabeleceram no Congresso de Berlim (1885) o esquartejamento da África e da Ásia em busca de matérias-primas para as suas indústrias e de mercado para os seus produtos. E foi dentro desse contexto que emergiu a Geografia enquanto disciplina científica, pois a descrição dos territórios coloniais para se descobrir o que eles continham em termos de recursos naturais consistiu em uma das tarefas fundamentais para subsidiar os Estados nacionais (Gottmann, 1973).

Mas, para além das descrições dos territórios, era preciso explicar as diferenças entre os lugares em termos de povoamento, de organização dos espaços, entre outros fatos. A constituição do Estado territorial moderno era tida pelos filósofos políticos como um dos fenômenos que precisava ser compreendido. Faltavam à teoria da filosofia política sobre a origem do Estado as considerações sobre suas bases materiais, embora Maquiavel, Hobbes, Turgot e Montesquieu já tivessem aduzido sobre a interferência das condições geográficas na conformação dos Estados e das sociedades. Não obstante, foi o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, fundador da Geografia Humana, que ponderou acerca das teorizações formuladas para explicar a genealogia do Estado.

Segundo Ratzel, a filosofia política negligenciou ou não aprofundou devidamente as reflexões de como os fatores geográficos tendem a influenciar as sociedades. Em sua Antropogeografia (1882), Ratzel retomou as ideias dos autores da Anti-

guidade (Hipócrates e Estrabão) que haviam demonstrado como os elementos geográficos condicionavam o desenvolvimento das organizações sociopolíticas e da história. Ratzel também era conhecedor das concepções que nortearam os filósofos e cientistas políticos modernos. E criticou a teoria do estado de natureza porque os formuladores não incluíram o fator geográfico para explicar a passagem do ser humano do estágio de natureza (período pré-técnico) para o estágio sociopolítico (civilização):

> da mesma forma, aqueles que interessaram pelo modo como o homem passou do estado de natureza ao estado social *negligenciaram o elemento geográfico*, representado pela união dos indivíduos singulares, com o objetivo de adquirirem maior força e segurança, e pela consequente fusão das suas porções de território. (Ratzel, 1990, p. 35, grifo nosso)

Na concepção ratzeliana, a gênese do Estado estava vinculada à defesa e à segurança do espaço vital ou do território. Outro fato relevante a ser considerado em relação às ideias de Ratzel é que ele demonstrou que a ciência política e a sociologia não deram a devida importância para o papel do território no desenvolvimento da sociedade. Para Ratzel, constituía-se num grave erro metodológico desconsiderar o papel da íntima relação do ser humano com o solo (Moraes e Costa, 1996; Castro, 2005; Becker, 2006).

Mas o que Ratzel compreendia por estreita relação da sociedade com o território? Para o autor, esse vínculo revelava-se por meio do aproveitamento e do incremento do/no território, ou seja, na medida em que o ser humano conhecia profundamente as leis da natureza, ele conseguia se libertar do jugo imperioso, e transformava o território em fonte de recursos (alimento, habitação, vestuário, etc.).

Além disso, Ratzel demonstrou que na medida em que a população cresce em número, se expande o território. Na visão dele, historicamente, os povos que revigoravam suas forças fo-

ram aqueles que se expandiram territorialmente. Nesse aspecto, nota-se uma apologia e justificativa ao colonialismo como mecanismo de incremento territorial. Na visão de Ratzel, o que vinculava o povo ao seu território eram os recursos naturais, pois, por exemplo:

> A civilização conjunta da Grã-Bretanha, da Alemanha, da Bélgica está hoje (1899) em relação mais estreita com os recursos em *carbono e ferro* daqueles países do que há cem anos; e esta relação constituiu exatamente um novo elo, antes não existente ou não percebido, que liga o povo ao seu território. (Ratzel, 1990, p. 71, grifo nosso)

Para Ratzel o território constituía-se em fonte de recursos. E quanto mais a sociedade estreita laços com a sua base territorial, mais se torna necessária a constituição de um Estado como ator político capaz de oferecer proteção àquela dada sociedade contra outros Estados (inimigos e/ou aliados). Assim, é possível afirmar que, para Ratzel, o território consistia em um poderoso motor para o desenvolvimento do Estado moderno.

A Antropogeografia de Ratzel está profundamente vinculada à sua Geografia Política. Para Ratzel, as condições físicas do meio interferiam na organização dos territórios e na conformação dos Estados. Ainda, tendo por base as teorias desenvolvidas por Charles Darwin e por Herbert Spenser no campo da biologia e da sociologia, respectivamente, Ratzel comparou o Estado a um organismo, ou melhor, a "um corpo vivo que se estendeu sobre uma parte da terra e se diferenciou de outros corpos que igualmente se expandiram por fronteiras ou espaços vazios" (Ratzel, 1990, p. 176).

Dessa forma, Ratzel se consolidou como o teórico do determinismo geográfico e as suas concepções influenciaram as escolas francesa e anglo-americana de Geografia. Contudo, derivariam de sua Geografia Política as doutrinas geopolíti-

cas do geógrafo inglês Halford John Mackinder, do cientista político sueco Rudolf Kjellén e do general e geógrafo alemão Karl Haushofer (Lacoste, 2006). Convém destacar que a Geopolítica se diferencia da Geografia Política na medida em que aquela está na base da

> formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os estados e as estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas, sendo assim mais interdisciplinar e utilitarista que a primeira. (Costa, 2008, p. 18)

Dentre as teorizações formuladas por Ratzel em sua Geografia Política, o conceito de espaço vital direcionou as doutrinas de geopolítica. Com o advento da ordem geopolítica interimperialista (1875-1945), as potências da Europa Ocidental passaram a disputar territórios coloniais com vistas a ampliar seus respectivos espaços vitais já que um Estado seria mais forte quando incrementasse o seu território por meio da utilização dos recursos naturais. As consequências da ordem geopolítica interimperial foram as duas grandes guerras mundiais, sendo que o caráter utilitário que marcou o desenvolvimento da geopolítica, bem como o envolvimento da escola geopolítica alemã com o nazismo, concorreu para a estigmatização daquele *corpus* teórico (George, 1980; Castro, 2005). Não obstante, e por mais paradoxal que possa parecer, as principais teorizações sobre espaço e poder foram formuladas pela Geografia Política e pelo seu braço utilitário, a Geopolítica, em decorrência do vínculo daquelas com o Estado (Soja, 1993).

Após a Segunda Guerra Mundial, emergiu uma nova ordem geopolítica que ficou marcada pela Guerra Fria. Que mudanças se verificaram após o grande conflito mundial? E qual seria o papel da Geopolítica dentro dessa nova ordem?

Hegemonias em mudanças: a ascensão dos EUA como superpotência global

Se a ordem geopolítica do concerto da Europa fora conduzida pela Inglaterra como sendo o primeiro Estado nacional a se tornar de fato internacional, a ordem geopolítica da Guerra Fria (1945-1990) será modelada pela hegemonia dos EUA. Destaca-se que o termo hegemonia foi discutido tanto por Agnew e Corbridge (1995) quanto por Arrighi (1996), tendo por base as formulações teóricas de Gramsci que, por sua vez, teve em Maquiavel a principal fonte de inspiração.

Para Arrighi (1996, p. 27-28), a hegemonia mundial

> refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. (...) [O conceito de hegemonia] é uma reformulação da concepção de Maquiavel sobre o poder como uma combinação de consentimento e coerção.

Agnew e Corbridge (1995) compreendem, assim como Arrighi, que a hegemonia se constitui num entrelaçamento das relações de poder tanto consensuais quanto coercitivas.

Combinando o *soft power* com o *hard power* (Nye, 1990), os EUA assumiram a liderança do sistema internacional constituído pós-1945. Isto significou, também, a ascensão de instituições supraestatais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) bem como o advento do capitalismo de corporações. Idealismo (paz baseada na ONU) e realismo (difusão do capitalismo corporativo), ambos foram e ainda são articulados neste período de hegemonia americana (Costa, 2008). Ademais, o Tratado de Bretton Woods (1945) engendrou as bases para o controle das finanças mundiais pelos EUA, controle esse que se efetuaria por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (Bird) e do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), hoje Organização Mundial do Comércio (OMC) (Gottmann, 1973; Lipietz, 1988; Arrighi, 1996; Morgenthau, 2003).

Três aspectos adotados pela geopolítica estadunidense influíram diretamente na constituição da ordem geopolítica da Guerra Fria sob a égide dos EUA: (**a**) a concentração econômica, isto é, a consolidação de um modelo de capitalismo baseado nas grandes empresas transnacionais; (**b**) a difusão desse padrão de capitalismo; e (**c**) a defesa intransigente da livre iniciativa.

As empresas transnacionais de origem norte-americana, com o apoio do próprio governo norte-americano, imiscuíram-se nas políticas internas dos Estados nacionais da América Central e da América do Sul. O caso do imperialismo exercido pela United Fruit, na Guatemala, e pela Standard Oil, em praticamente em todos os lugares do mundo, foi amplamente divulgado e conhecido (Coutinho e Silveira, 1957; George, 1967).

O governo de Arbenz, na Guatemala, constitui um exemplo concreto de como era difícil enfrentar os interesses das empresas estadunidenses. Em 1947, com o objetivo de realizar uma reforma agrária baseada no direito burguês, portanto, uma reforma agrária capitalista, Arbenz foi tido como revolucionário e comunista pelos norte-americanos. Porém, a questão que estava por trás da difamação de que Arbens era supostamente comunista era a de que a reforma agrária desafiava os interesses da *United Fruit*, companhia americana que explorava a produção de banana na Guatemala. Tanto que, no Caribe, um dos ditos mais populares era: "Deus fez a banana; o Diabo fez a United Fruit". O fato é que os EUA financiaram e treinaram, fora do território da Guatemala, Castilho Armas, mercenário e traidor da pátria guatemalteca e que derrubou o governo de Arbenz (Coutinho; Silveira, 1957).

O paradigma do capitalismo norte-americano se difundiu, mundialmente, pelo estímulo ao crescimento econômico por meio das políticas fiscais monetárias; pelo compromisso com a unidade global do mercado, baseado na produção de mais mercadorias por preços mais baixos e mais divisão do trabalho; pela adoção do dólar, como moeda de troca, pela maior parte dos países que compunham o sistema internacional; pelo emprego de ações neutralizadoras em relação ao bloco dos países socia-

listas (o objetivo daquelas ações era deter qualquer política econômica ideológica associada com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)); e, por fim, pelo esforço em manter as fronteiras políticas, fato este tensionado por meio da *doutrina Truman* (George, 1961; Agnew e Corbridge, 1995).

A defesa, pelos EUA, do princípio da autodeterminação das nações transformou-se numa contraposição ao imperialismo territorial exercido pelas potências europeias. Assim, a bandeira da autodeterminação dos povos foi liderada pelos EUA. O objetivo era enfraquecer a influência das antigas potências europeias no plano das relações internacionais. Conjugados ao princípio da autodeterminação dos povos os EUA defenderam também o estímulo ao desenvolvimento do Estado de bem-estar social com o objetivo de alavancar o consumo em massa (Moraes e Costa, 1984; Lipietz, 1988; Agnew e Corbridge, 1995; Wallerstein, 2002).

A ascensão dos EUA como potência hegemônica do sistema internacional, como se demonstrou, se deu por meio da articulação das instituições supraestatais e das empresas transnacionais que se transformaram nos tentáculos dos EUA. E o corpus teórico da geopolítica formulado, sobretudo, pelos geógrafos alemães exerceu enorme influência no raciocínio dos geoestrategistas norte-americanos, precisamente Alfred Mahan e seu expoente, Nicholas Spykman (Lacoste, 2006; Costa, 2008).

Ainda nos EUA, a Geografia ficou praticamente restrita às universidades. Logo, os geógrafos norte-americanos ou iam trabalhar para os governos ou iam para as sociedades geográficas. As geografias francesas e alemãs formavam os professores de geografia para atuarem no ensino secundário. Assim, por um lapso de tempo (1945-1970), o raciocínio geopolítico ficou encoberto, ao menos nas teorizações francesas e alemãs, diferentemente do que ocorreu na Geografia norte-americana, em que a Geopolítica continuou a ser suporte tanto para ação do Estado quanto para ação das empresas transnacionais.

Com o fim da ordem geopolítica da Guerra Fria (1990) que foi marcada, sobretudo, pela crise econômica que atingira

o mundo como um todo e pelo desmantelamento da URSS, a ordem geopolítica do liberalismo transnacional emergiu assentada nos pilares do livre comércio, no ideário do Estado mínimo (nenhuma intervenção estatal na economia), na crença de que os mercados são confiáveis e transparentes e que as empresas (e não o Estado) gerenciam melhor os recursos. Sob o liberalismo transnacional, a hegemonia norte-americana ainda se faz presente em todo o mundo, mas o poder dos Estados nacionais foi duramente golpeado, como se altercará na próxima seção.

Liberalismo transnacional: o mundo sob a hegemonia das empresas

A orquestração dos três agentes supraestatais (FMI, Bird e Gatt), articulada às grandes empresas cosmopolitas e/ou transnacionais, sobretudo, norte-americanas, não apenas impulsionou a mundialização econômica ou a globalização como se constituíram nos tentáculos dos EUA sobre os Estados nacionais periféricos e semiperiféricos do sistema internacional. Os elementos que constituíram a ordem geopolítica do liberalismo transnacional – liberalização do comércio entre as nações e a liberalização do mercado de capitais – foram se difundindo e desafiando as soberanias nacionais em todas as partes do globo.

A década de 1970 foi marcada por uma crise econômica mundial (Lipietz, 1988; Seabra, 1996; Costa, 2008). De acordo com Arrighi (1996), a crise econômica mundial entre as décadas de 1970 e 1980 não constituía novidade, tendo em vista que no decorrer do desenvolvimento do capitalismo histórico, outras crises similares já haviam ocorrido e coincidiam com as fases de transição de um ciclo de acumulação capitalista para outro. E, como explicitou Lipietz (1988), as crises do capitalismo revelam a inadequação dos elementos de regulação num regime de acumulação.

Não obstante, a emergência de um pensamento econômico respaldado nos princípios neoliberais irá aduzir que a crise dos

anos 1970 estava relacionada com o excesso de intervencionismo estatal na economia e que a solução seria tornar o mercado mais livre e menos regulado (Peet, 2007). Assim, as instituições supraestatais, que antes estavam respaldadas nos pressupostos keynesianos, foram convertidas às doutrinas neoliberais:

> A mudança mais drástica nestas instituições [FMI, Bird, Gatt] registrou-se nos anos 80, época em que Ronald Reagan [Presidente dos EUA] e Margaret Thatcher [Primeira Ministra Britânica] pregavam a ideologia do mercado livre nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. O FMI e o Banco Mundial tornaram-se as novas instituições missionárias, através das quais estas ideias eram impostas aos países pobres. (Stiglitz, 2004, p. 49)

A ascensão do neoliberalismo possibilitou algo muito maior do que o reavivamento das instituições de Bretton Woods. Os pressupostos neoliberais tornaram tangível o liberalismo transnacional. Este que emergiu na década de 1970 teve em Milton Friedman e em Von Hayek o suporte intelectual. A ideia básica do neoliberalismo é a de que os mercados são transparentes. Outra ideia do transnacionalismo liberal é "relacionar o desenvolvimento econômico com uma disposição para ganhar acesso ao mercado" (Agnew; Corbridge, 1995, p. 201).

Para os defensores do neoliberalismo, a tendência é a de que as elites locais irão se tornar cada vez mais uma entidade transnacional:

> O principal ponto que queremos chegar ao considerar o suporte da elite para o liberalismo transnacional é que qualquer que seja a elite deve agora ela própria ser vista como uma entidade transnacional (ou do tipo que integra o interesse do grupo). (Agnew; Corbridge, 1995, p. 201)

As concepções neoliberais de Hayek passaram a ser aplicadas no Reino Unido no decorrer dos anos de 1970. Para aquele

teórico do neoliberalismo, uma das regras básicas para sociedades capitalistas é a de que a função do Estado deve ser mínima. Concomitantemente com a revalorização do liberalismo, na década de 1970 também ganharam destaque as ideias da escola da dependência. Para esta escola os países ricos o são por conta da exploração que exercem sobre os países pobres. Assim, países pobres e ricos são interdependentes (Lipietz, 1988; Houtart, 2010).

Desse modo, o surgimento do liberalismo transnacional no decurso dos anos de 1970 se constituiu num grande divisor de águas, porque significou: (**1**) o aprofundamento do liberalismo econômico; (**2**) a formação dos blocos econômicos (na Europa, na Ásia e na América Latina); (**3**) a emergência do movimento ecológico global; (**4**) a passagem de um regime de acumulação fordista-keynesiano para regime de acumulação flexível; e (**5**) o domínio do poder financeiro transnacional sobre o estado nacional (Lipietz, 1988; Agnew e Corbridge, 1995; Arrighi, 1996; Beck, 1999; Santos, 2004; Becker, 2006; Peet, 2007; Houtart, 2010).

Mesmo adotando progressivamente medidas mais liberalizantes, como a abertura das economias domésticas aos investimentos externos, nem todos os Estados nacionais lograram êxitos expressivos quanto ao crescimento e desenvolvimento econômicos. Pelo contrário, o que se viu na década de 1980 foram o maior endividamento e a maior dependência daqueles países em relação aos empréstimos concedidos pelo FMI e Bird sob determinadas exigências.

Os baluartes do liberalismo transnacional – FMI, Bird e o Tesouro dos Estados Unidos – continuaram a defender as teses do mercado livre como sendo a solução para os países mais pobres do sistema internacional conseguirem estabilizar suas economias domésticas. Assim, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela ampla adesão, sobretudo dos países da América Latina, a implementação de medidas de austeridade orçamentária, de privatizações e de liberação dos mercados. Todas essas políticas econômicas derivadas das instituições promotoras do neolibe-

ralismo ficaram conhecidas como o Consenso de Washington (Agnew e Corbridge, 1995; Stiglitz, 2004; Houtart, 2010).

Os países que seguiram os princípios defendidos pelo Consenso de Washington tiveram suas economias domésticas arruinadas. Em geral, as privatizações das empresas públicas nacionais, constituídas a duras penas, foram realizadas rapidamente, o que acabou concorrendo para o desemprego e formação de monopólios. A redução das barreiras alfandegárias, por parte dos países em desenvolvimento, ampliou as exportações de maquinarias e serviços dos países ricos e industrializados. Não obstante, os países industrializados continuaram a manter suas políticas protecionistas (subsídios aos agricultores), impedindo que os países periféricos e semiperiféricos exportassem os seus produtos para os mercados dos países centrais (Stiglitz, 2004; Houtart, 2010).

Ademais, a liberação de mercados de capitais, que até 1970 tinha ficado de fora das políticas liberais, provocou grandes fluxos de capitais especulativos que passaram a entrar e a sair pelas fronteiras com uma velocidade que inviabilizava (ainda tende a inviabilizar) o controle deles por parte dos Estados. Assim, no que diz respeito à Geopolítica, a desnacionalização e desterritorialização do dinheiro colocou em xeque a soberania dos Estados: "não está claro como os estados podem efetivamente controlar o dinheiro nacional e internacional" (Agnew; Corbridge, 1995, p. 176). Portanto, a circulação de dinheiro hoje é um desafio à soberania dos Estados territoriais, pois o dinheiro não respeita fronteiras. Os mercados de trocas financeiras funcionam 24 horas, seja pelo computador e/ou por telefone.

Se o dinheiro deixou de ter pátria, então seria o fim da Geografia? Não necessariamente, porque "as diferenças em níveis de investimentos entre pessoas ricas e pobres e lugares continuam sobre uma base extensa do globo" (Agnew; Corbridge, 1995, p. 177). Assim, o fato de haver distinções quanto aos níveis de investimentos entre os lugares mostra que os impactos da abertura dos mercados de capitais atingem os Estados de

maneira diferenciada, afetando com mais intensidade as economias periféricas e semiperiféricas:

> (...) Isto é válido para todos os fluxos, mas se nos detivermos especificamente ao movimento do capital financeiro, por exemplo, veremos que nesse caso pode-se falar numa circulação a-espacial. (...) Se o valor do espaço é desigualmente distribuído, também o valor no espaço manifesta-se em intensidades variáveis: alguns lugares "sintetizam" mais todo o mundo, do que outros. Aí estão os centros hegemônicos do capitalismo e a hierarquização rígida das relações entre nações, impossibilitando o desenvolvimento dos capitalismos "autônomos", como a melhor evidência dessa contradição. (Moraes; Costa, 1984, p. 168)

Os efeitos desses fluxos de capitais sem controle, em muitos casos, tendem a ser nefastos:

> Por muito nociva, prematura e mal gerida que a liberalização do comércio tenha sido para os países em desenvolvimento, em muitos aspectos a dos mercados de capitais foi ainda pior. A liberalização dos mercados de capitais implica o desmantelamento das regulamentações destinadas a controlar o fluxo de capitais especulativos que entram e saem do país – empréstimos de curto prazo e contratos que em geral não passam de apostas sobre a evolução da taxa de câmbio. Estes capitais especulativos não podem ser utilizados para construir fábricas nem para criar postos de trabalho. (Stiglitz, 2004, p. 109)

O que se viu nos países que seguiram à risca os pressupostos do Consenso de Washington, como foi o caso da Argentina, foi o crescimento do desemprego, da pobreza e da violência urbana. Estes acontecimentos resultaram no aumento da instabilidade social, e o poder de ação do Estado para contornar esses dilemas havia ficado limitado.

Em linhas gerais, a globalização acompanhada dos princípios de liberalização econômica – mercado de capitais, desregulamentação das finanças, redução das taxas alfandegárias, investimentos estrangeiros – significou, por um lado, mais poder e oportunidade para as empresas transnacionais, bancos e outros atores hegemônicos atuarem livremente no mundo. Essas elites têm um grande interesse na não intervenção do Estado na economia porque elas tendem a ganhar mais (Agnew e Corbridge, 1995; Beck, 1999; Becker, 2006; Peet, 2007).

E, por outro lado, o liberalismo transnacional engendrou maiores desafios para a intervenção estatal nas economias nacionais. Não há dúvidas de que a globalização econômica concorreu para o compartilhamento do poder do Estado territorial com as instituições supranacionais e com as empresas transnacionais. Houve o aumento do número de instituições não estatais e internacionais que passaram a organizar, promover e participar de conferências, acordos regulatórios juntamente com os Estados. Em outras palavras: a fazerem suas próprias geopolíticas (Agnew; Corbridge, 1995; Beck, 1999).

Não obstante, a internacionalização das atividades estatais (estabelecimento de tratados, acordos entre outras ações) tende a ser desigual. Países mais fracos e endividados economicamente têm sua soberania limitada por conta da ingerência das instituições supraestatais, como o FMI, Banco Mundial (Beck, 19995). Como se sabe, o FMI é uma instituição internacional pública e que recebe contribuições dos países signatários do Acordo de Bretton Woods, "mas os grandes países desenvolvidos é que ditam as regras, e só um deles, os Estados Unidos, é que tem direito de veto efetivo" (Stiglitz, 2004, p. 49).

Outro dado importante na ordem geopolítica do liberalismo transnacional é que uma empresa transnacional pode ser economicamente muito maior do que muitos países. Os investimentos das corporações, para além dos seus territórios de origem, provocam desarranjos em virtude dos seus contínuos deslocamentos à procura de melhores condições e de espaços vitais. Assim,

a Geopolítica, enquanto saber estratégico que guiava a ação dos Estados nacionais, fora incorporada pelas corporações:

> (...) à geografia dos dirigentes do aparelho de Estado, estruturando o seu espaço em províncias, departamentos, distritos, à geografia dos exploradores (oficiais, frequentemente) que prepararam a conquista colonial e a valorização se anexou a geografia dos estados-maiores das grandes firmas e dos grandes bancos que decidem sobre a localização de seus investimentos em plano regional, nacional e internacional. (Lacoste, 2006, p. 26)

Assim, essa crescente internacionalização e o crescente poder das empresas, como já se afirmou, desafiam a soberania das economias territoriais. Porém, o liberalismo transnacional não aboliu o protecionismo econômico. Pelo contrário, medidas restritivas têm sido usadas contra os países pobres para favorecer as nações mais ricas e prósperas (Agnew e Corbridge, 1995; Santos, 2004; Stiglitz, 2004).

Na atual conjuntura de desregulação e crescente desnacionalização das economias territoriais, os EUA passaram a reconhecer que o mercado mundial – o novo Leviatã – tem de ser controlado em conjunto e em cooperação com os outros países. Assim, o grupo dos sete países mais ricos (G7) e o do G20 têm conquistado relevância no contexto do liberalismo transnacional para o enfrentamento do ônus que a economia mundial desterritorializada tende a acarretar, sobretudo, para os países periféricos e semiperiféricos.

A globalização econômica, mesmo em menores proporções, também impactou o bem-estar dos norte-americanos. As práticas neoliberais resultaram no aumento do número de pobres e na redução da classe média que teve os salários diminuídos. Não obstante, os ricos ficaram mais ricos. O liberalismo transnacional também atingiu as várias regiões dos EUA que tiveram decréscimo na qualidade de vida e ficaram alijadas dos investimentos, ocasionando fortes disparidades regionais. A questão é que os EUA investiram em outras regiões do mundo, o que foi

bom para quem recebeu, mas fragilizou a sua própria economia doméstica (Agnew e Corbridge, 1995; Costa, 2008).

Por fim, a crise da dívida que atingiu os países periféricos e semiperiféricos nas décadas de 1980 e 1990 acabou por acelerar o advento da "soberania compartilhada" entre os países e as instituições supranacionais com vistas a controlar o Leviatã do mercado (e das finanças). Assim, a ordem geopolítica do liberalismo transnacional tem se caracterizado pela crescente desterritorialização dos poderes econômicos e políticos; pela fluidez das atividades que dinamizam o espaço; pela globalização da produção; pela soberania compartilhada e pelo poder das corporações transnacionais que se utilizam dos saberes geográficos estratégicos com o intuito de maximizarem seus lucros globais (Agnew; Corbridge, 1995).

Cabe destacar que sob a ordem geopolítica do liberalismo transnacional os EUA ainda desempenham papel de liderança no sistema internacional, pois "o universalismo da cultura de um país e suas habilidades para estabelecer um tipo de regras favoráveis e instituições que governam áreas de atividade internacional são fontes críticas de poder" (Agnew; Corbridge, 1995, p. 117).

Num período em que a economia política internacional tem se estruturado na informação e na interdependência entre os países,

> o poder está se tornando menos transferível, menos tangível, e menos coercivo. No entanto, a transformação do poder está incompleta. O século XXI certamente verá um maior aumento da função do poder informacional e institucional, mas a força militar permanecerá como um fator importante. Economia de escala, ambos em mercado e recursos naturais, também permanecerão importantes. (Nye, 1990, p. 183)

Como explicitou Nye (1990), a liderança norte-americana no mundo tende a ser um misto entre consenso e coerção. A difusão da cultura norte-americana pelo globo mostra que o declínio econômico dos EUA tem que ser visto com cautela. Supostos aspirantes ao poder mundial, tais como China, Japão e

Alemanha, embora tenham se tornado países com grande crescimento econômico, ainda carecem de poder e capacidade de influir em âmbito mundial (Agnew; Corbridge, 1995).

Mesmo após a Guerra Fria, os EUA, portanto, continuam a exercer influência nos rumos do mundo, uma vez que a queda da URSS deixou "os EUA como o único líder do poder com uma mensagem global: consumo de massa, liberdade individual, propriedade privada, democracia eleitoral e de mercado" (Agnew; Corbridge, 1995, p. 134).

Considerações finais

Como se buscou demonstrar, o conhecimento sobre os lugares, as regiões, os territórios são de suma importância para que agentes políticos e econômicos tracem e planejam suas estratégias ou geopolíticas. Não obstante, com a ascensão dos EUA na condição de superpotência do sistema internacional pós-1945, as empresas transnacionais e as instituições supraestatais passaram a atuar, em cada porção do espaço geográfico, como verdadeiros tentáculos do poder norte-americano. E a Geopolítica, conhecimento estratégico que compunha o *métier* da arte de governar, passou a ser de interesse também as grandes firmas multinacionais. Assim, nesta ordem geopolítica do liberalismo transnacional, a disputa por territórios e/ou espaços vitais, recursos naturais e poder tem sido conduzida também pelas empresas transnacionais que tendem a compartimentar a produção em âmbito global com vistas a explorar, diferencialmente, o que cada porção do espaço geográfico pode lhe oferecer em termos de vantagens comparativas.

Assim, a concepção de Geopolítica (que hoje deverá ser crítica) deve levar em consideração que os múltiplos atores que atuam tanto globalmente quanto localmente dividem o espaço em suas esferas de influências. E o Estado nacional, embora seja o ator responsável pela organização territorial do globo, não é o único que conduz as disputas e/ou conflitos na arena internacional. As

empresas transnacionais também competem entre elas e subordinam os Estados para conseguirem atingir os seus propósitos.

Referências

AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart. **Mastering Space. hegemony, territory and international political economy.** London/New York: Routledge, 1995.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos da globalismo resposta à globalização. Tradução André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. *In:* BECKER, Bertha K. **O uso político do território.** Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: Dep. Geografia, UFRJ, 1983.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. *In:* CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Geografia:** conceitos e temas. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 271-307.

BECKER, Bertha K. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. *In:* NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo (org.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2013, p. 63-76.

BECKER, Bertha K. *et al.* (org.). **Tecnologia e Gestão do Território.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

BECKER, Bertha K. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 53, n. 3, 1993.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil:** uma nova potência regional na Economia-Mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 268p.

CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Geografia:** conceitos e temas. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 271-307.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política:** território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Wanderley M. **Geografia Política e Geopolítica**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 349p.

COSTA, Wanderley M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

COUTINHO, Lourival; SILVEIRA, Joel. **Petróleo no Brasil:** traição e vitória. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1957.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação mundial 1492-1789**. Tradução Hélio Pólvora; Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. **Território, Poder e Biocombustíveis:** as ações do Estado brasileiro no processo de regulação territorial para a produção de recursos energéticos alternativos. 2013. 501f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. Tradução Ruth Magnanini. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GEORGE, Pierre. **Geografia Industrial do Mundo**. Tradução Cecília Assumpção. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Difel, 1979.

GEORGE, Pierre. Problemas, doutrina e método. *In:* GEORGE, Pierre *et al.* **A Geografia Ativa**. 5. ed. Tradução Gil Toledo, Manuel Seabra, Nelson de La Côrte. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980, p. 9-40.

GEORGE, Pierre. Vida e obra de Max Sorre. **Boletim Geográfico**, n. 201, p. 15-22, 1967.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GOTTMANN, Jean. Geography and internacional relations. **Word Politics**, v. 3, n. 2, p. 153-173, 1951.

GOTTMANN, Jean. The political partitioning of our world: an attempt at analysis. **Word Politics**, v. 4, n. 4, p. 512-519, 1952.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARTSHORNE, Richard. **The Nature of Geography. A critical survey of current thought in the light of the past.** New York: Association of American Geographers, 1939.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOUTART, François. **A agroenergia.** Solução para o clima ou saída da crise para o capital? Petrópolis: Vozes, 2010.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1998.

LIPIETZ, Alain. **Mirages e milagres:** problemas da industrialização no terceiro mundo. Tradução Catherine Marie Mathieu. São Paulo: Nobel, 1988.

MACKINDER, Halford J. **Democratic ideals and reality. A study in the Politics of reconstruction.** New York: Henry Holt and Company, 1919.

MACKINDER, Halford J. The geographical pivot of history. **Geographical Journal**, n. 23, p. 450-472, 1904.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Obras de Maquiavel

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política:** livro I. Tradução Reginaldo Sant'Ana. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações. A luta pelo poder e pela paz.** Tradução Oswaldo Biato. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Território. **Revista Orientação**, São Paulo, p. 91, n. 5, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. A Geografia e o processo de valorização do espaço. *In*: SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da geografia brasileira** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 111-130.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica. A valorização do Espaço.** São Paulo: Hucitec, 1984.

NYE, Joseph S. Jr., The changing nature of world power political. **Science Quarterly**, v. 105, Issue 2, p. 177-192, Summer, 1990.

PEET, Richard. **Geography of power:** the making of global economy policy. London/New York: Zed Books, 2005.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Tradução Liliana Lagana Fernandes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, p. 269.

RATZEL, Friedrich. **Antropogeografia**. Tradução Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Ática, 1990. Coleção Grandes Cientistas Clássicos

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 2, 1983.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004. 174p.

SEABRA, Manoel Fernando Gonçalves. Crise econômico-social no Brasil o limite do espaço. *In*: SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da geografia brasileira.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 166-180.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 324p.

SPYKMAN, Nicolas. **America's strategy in world politic:** The United State and the balance power. New York: Harcourt Brace, 1942.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalização. A grande desilusão.** Tradução Maria Filomena Duarte. 3. ed. Lisboa: Terramar, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo. Em busca da reconstrução do mundo**. Trad. Ricardo Anibal Rosenbush. Petrópolis: Vozes, 2002.

DEBATES GEOGRÁFICOS E A PRODUÇÃO DE CONTRAESPAÇOS

Karla Rosário Brumes
Alides Baptista Chimin Junior
(orgs.)

PACO EDITORIAL

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna
Prof. Dr. Carlos Bauer
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista
Prof. Dr. Fábio Régio Bento
Prof. Dr. Gustavo H. Cepolini Ferreira
Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa
Profa. Dra. Ligia Vercelli
Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva
Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Romualdo Dias
Profa. Dra. Rosemary Dore
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

©2020 Karla Rosário Brumes; Alides Baptista Chimin Junior
Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D286

Debates geográficos e a produção de contraespaços / Karla Rosário Brumes; Alides Baptista Chimin Junior (org.) – 1. ed. - Jundiaí [SP] : Paco Editorial, 2020.
256 p. : il. ; 21cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5840-133-9

1. Geografia 2. Movimentos Sociais 3. Territorialidade I. Título.

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB- 1681352

CDD 307.2

PACO EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Foi feito Depósito Legal.

SUMÁRIO

PREFÁCIO
Doze anúncios para uma reflexão crítica:
o exercício analítico da Geografia Política sobre
diferentes temas e escalas 7
Manoel Fernandes de Sousa Neto

CAPÍTULO 1
O chão da escola: território de disputas,
de resistência e de autonomia 11
Cleiton Costa Denez; Rafael Freire de Paula

CAPÍTULO 2
Redes de poder e territorialidades no bairro
"Cidade dos Lagos" em Guarapuava/PR 31
Gabriel Plaviak da Silva; Tatiellen Cristina Prudentes

CAPÍTULO 3
Práticas espaciais de poder nos territórios da
especialização produtiva da madeira no Brasil 53
Patrícia dos Santos; Patrícia Martins Oliveira

CAPÍTULO 4
Estado e ordenamento territorial:
uma discussão teórica conceitual 75
Francisco Lima Mota; João Matheus Afinovicz de Lima

CAPÍTULO 5
Monitorar, identificar, investigar e punir: projetos
de lei para um novo estado brasileiro que está por vir? 89
Roberto Mauro da Silva Fernandes; Márcia da Silva

CAPÍTULO 6
Além da guerra, para que serve a Geopolítica? 111
Elisa Pinheiro de Freitas